

**Autor:** Fernando Simões Casimiro

Coordenador do Gabinete dos Censos do Instituto Nacional de Estatística

fernando.casimiro@ine.pt

**Resumo:**

O presente trabalho aborda o enquadramento da execução dos recenseamentos da população e habitação de 2011 em Portugal. Destacam-se as opções fundamentais quanto à utilização da internet para a resposta aos questionários, a geocodificação dos edifícios durante o processo de recolha dos dados no terreno e o programa de difusão, com particular destaque para a disponibilização dos resultados preliminares.

A taxa de resposta pela internet foi de 50,5 % da população residente recenseada. A georeferenciação das coordenadas dos edifícios foi integralmente realizada e constitui um dos maiores potenciadores da utilização da informação censitária, incluindo a que foi produzida desde 1981.

Os resultados preliminares apontam para crescimentos generalizados das várias unidades estatísticas, de acordo com o seguinte: a população residente aumentou 1,9%; as famílias cresceram 11,6%, os alojamentos 16,3% e os edifícios 12,4%. Estes crescimentos acentuaram a concentração da população no litoral e perdas significativas no interior do País.

**Palavras Chave:** Recenseamentos da População e Habitação; Censos 2011; Resposta pela internet; Geocodificação de Edifícios.

The preliminary data of  
2011 Census

**Abstract:**

This paper tackles the framework used to carry out the 2011 population and housing censuses in Portugal. It highlights the fundamental options regarding the use of internet to fill in the questionnaires, the buildings geocoding during the fieldwork and the dissemination program, in particular the dissemination of preliminary results.

The response rate by internet reached 50,5% of resident population. Geocoding of residential buildings was fully carried out and this information provides a very strong potential on the use of censuses data, including the comparison with the previous since 1981.

Preliminary results of 2011 census point out to a generalised increase in the main data at the national level: resident population increased 1,9%; households increased 11,6%, as well as housing units by 16,3% and residential building by 12,4%. These growths have intensified the concentration of population in the coast line while the inland reached significant losses of population.

**Key words:** Population and Housing Censuses; 2011 Census; Internet Responses; Building Geocoding.

## 1. Introdução

Os recenseamentos da população e da habitação são operações estatísticas censitárias que se realizam, em Portugal, com uma regularidade maioritariamente decenal, desde 1864. Estes recenseamentos sempre foram objeto de recomendações internacionais que visam a sua harmonização de conteúdo, tanto no que se refere às variáveis a observar como aos respetivos conceitos.

Deste modo, os Censos 2011 (XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação) dão seguimento a esta série censitária, embora o conteúdo alargado e autonomizado do recenseamento da habitação apenas tenha começado em 1970.

Os Censos 2011 foram realizados de acordo com o seguinte enquadramento legal e organizativo:

\* Dado que estas operações censitárias exigem uma forte organização e participação das estruturas da Administração Central, Regional e Local, torna-se necessária a publicação de legislação específica que estabeleça as normas de funcionamento e articulação destas estruturas; assim, foi publicado o Decreto-Lei nº 226/2009 de 14 de Setembro o qual estabelece as regras a que devem obedecer a preparação e execução dos Censos 2011;

\* Paralelamente à legislação nacional, também a União Europeia optou por publicar um conjunto de regulamentos (763/2008, 1201/2009, 519/2010 e 1151/2010) que estabelece as normas europeias de harmonização do conteúdo a observar, difusão de resultados e respetivos relatórios de qualidade;

\* O momento censitário foi definido para o dia 21 de Março de 2011, em estreita articulação com a série censitária nacional e com os regulamentos comunitários indicados anteriormente.

O programa de Difusão dos Censos 2011 estabelece um calendário específico para a disponibilização dos resultados censitários estruturados em preliminares, provisórios e definitivos. Assim, a difusão dos preliminares estava prevista até 4 meses após o momento censitário e ocorreu em 30 de Junho de 2011, o que corresponde a uma antecipação de cerca de 20 dias.

O presente trabalho resulta da apresentação que o autor fez, sobre os resultados preliminares dos Censos 2011, a nível nacional, na Conferência organizada pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Associação Portuguesa de Demografia, no dia 25 de Outubro de 2011.

## 2. Novidades estruturais na execução dos Censos 2011

Desde o início da conceção deste recenseamentos que se estabeleceu a necessidade de os executar assumindo a incorporação de dois procedimentos claramente associados a inovação tecnológica: a possibilidade da resposta através da internet e a codificação das coordenadas geográficas, em suporte digital, para cada edifício recenseado. Estes procedimentos permitiam facilitar a respostas das pessoas que possuem acesso à internet e valorizam significativamente os resultados censitários na componente da informação georreferenciada dado que com as coordenadas dos edifícios pode-se associar toda a restante informação sobre a habitação e a população.

### 2.1 A resposta pela Internet

A possibilidade de resposta pela internet existia para todos os alojamentos clássicos de residência habitual com apenas uma família lá residente. De salientar também que os resultados da resposta pela internet não pressupõem que a resposta tenha sido feita pelos próprios na sua própria residência: os códigos entregues em cada alojamento permitiam que a resposta fosse feita por outra pessoa em qualquer computador com acesso à internet, desde que a família assim o quisesse. Além disso o INE instalou computadores com acesso à internet nas maiores freguesias do País, de modo a tornar possível que as pessoas que se dirigiam a essas freguesias pudessem ter o apoio dos coordenadores e recenseadores na resposta através da internet.

Quadro 1

Número de respostas pela Internet	
Respostas / Alojamentos pela Internet Regiões NUTS II	Nº. de Alojamentos
Norte	851 359
Centro	364 999
Lisboa	465 002
Alentejo	103 334
Algarve	81 549
Região Autónoma dos Açores	35 568
Região Autónoma da Madeira	64 749
<b>Total</b>	<b>1 966 560</b>

Fonte: INE, I.P., Resultados Preliminares dos Censos 2011



### 3. Os grandes números de Portugal em 2011

Portugal, em 2011, tinha 10 555 853 residentes, 4 079 577 famílias, 5 879 845 alojamentos e 3 550 823 alojamentos

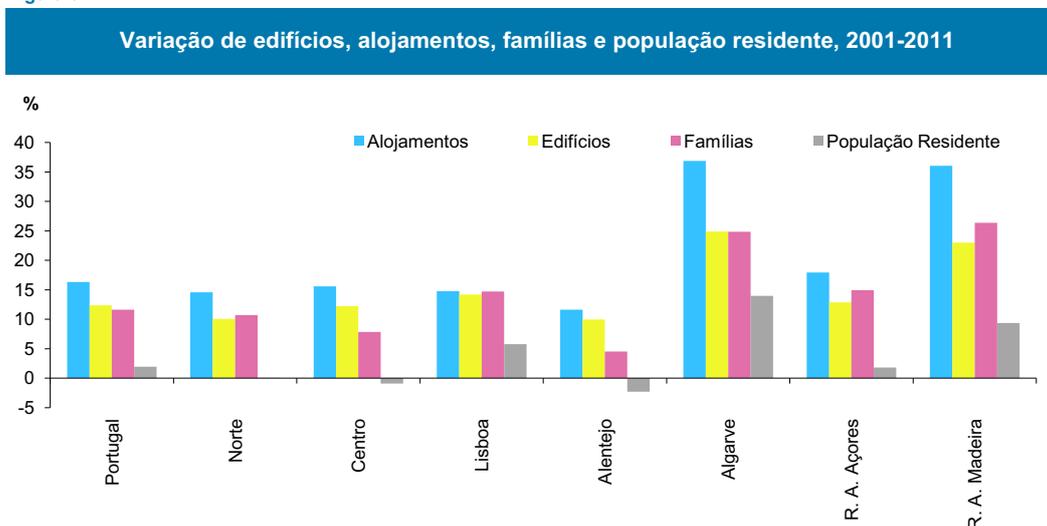
A distribuição regional da população e da habitação por NUTS II mostra que as regiões com maior dinâmica de crescimento são o Algarve, Lisboa e R.A. Madeira.

Quadro 2

Censos 2011 - Resultados preliminares por NUTS II e respectiva variação														
NUTS II	2011 (Dados preliminares)								Variação(%)					
	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios
	Residente		Presente					Residente		Presente				
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H				
Portugal	10 555 853	5 052 240	10 476 291	4 980 003	4 079 577	5 879 845	3 550 823	1,9	1,0	3,2	2,4	11,6	16,3	12,4
Norte	3 689 713	1 769 482	3 641 412	1 728 877	1 341 445	1 849 181	1 210 720	0,1	-0,8	1,3	0,5	10,7	14,6	10,0
Centro	2 327 026	1 112 257	2 301 447	1 090 373	0 914 716	1 450 268	1 113 420	-0,9	-1,7	-0,1	-0,9	7,8	15,6	12,2
Lisboa	2 815 851	1 334 637	2 783 318	1 312 975	1 154 904	1 486 927	450 574	5,8	4,6	8,0	7,1	14,7	14,7	14,2
Alentejo	758 739	367 720	749 766	361 931	306 207	472 831	384 791	-2,3	-3,1	-1,5	-2,2	4,5	11,6	10,0
Algarve	450 484	220 183	475 220	232 885	186 456	381 026	200 481	14,0	12,5	13,1	11,6	24,8	36,9	24,9
Açores	246 102	121 299	245 629	121 184	82 703	110 038	98 850	1,8	1,5	2,1	1,9	14,9	17,9	12,9
Madeira	267 938	126 662	279 499	131 778	93 146	129 574	91 987	9,4	9,9	11,3	11,3	26,4	36,0	23,0

Fonte: INE, I.P., Resultados Preliminares dos Censos 2011

Figura 3



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e resultados Preliminares dos Censos 2011

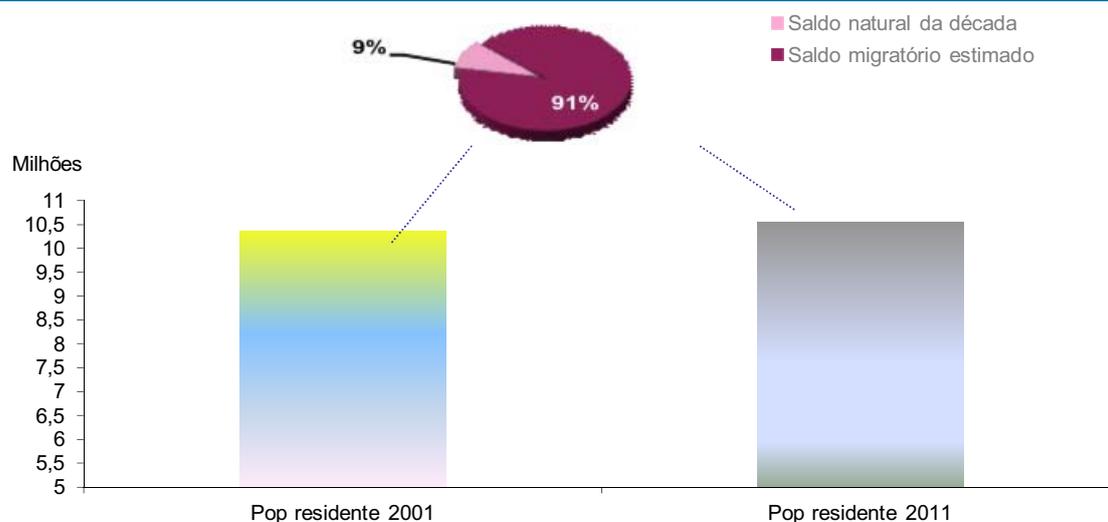
Os crescimentos mais significativos observam-se nas regiões do Algarve e da R.A. Madeira, com particular destaque para os alojamentos (36,9 % e 36% respetivamente), associados também a importantes crescimentos das restantes unidades estatísticas (edifícios, famílias e população residente). Particular destaque para o crescimento da população residente no Algarve e na R.A. Madeira, respetivamente 14,0% e 9,4%.

#### 3.1 A população e a família

O crescimento da população a nível nacional (cerca de 199 700 residentes) foi impulsionado sobretudo pela imigração, uma vez que o saldo natural da década não foi além de 17 600 pessoas.

Figura 4

### Variação em função do saldo natural e do saldo migratório, 2001-2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

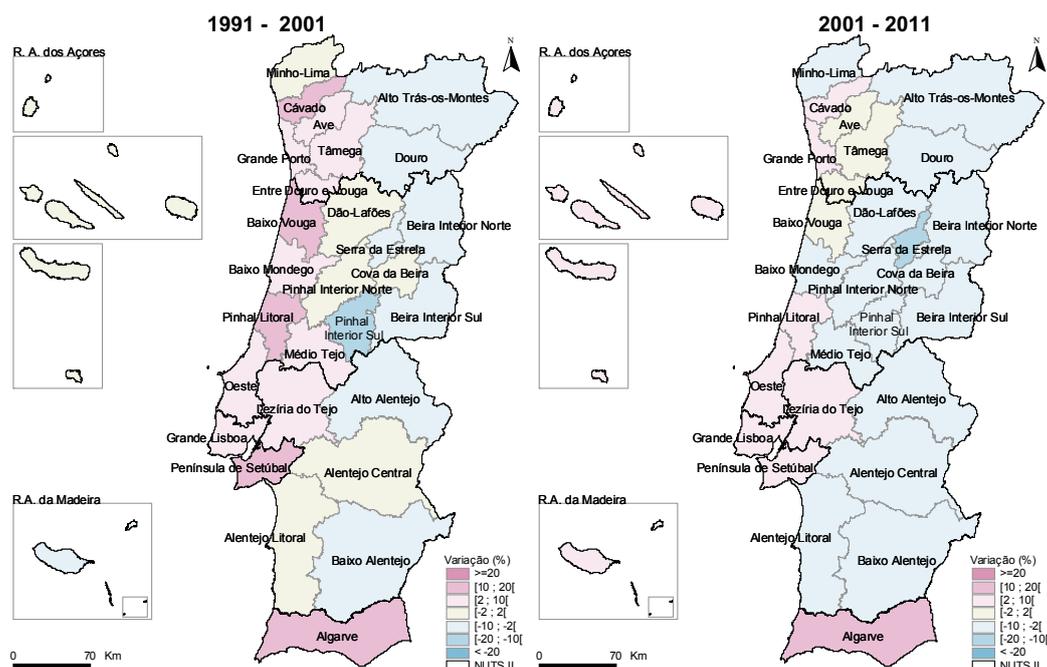
De acordo com a Figura, o saldo migratório estimado corresponde a cerca de 91% do crescimento populacional observado na última década, enquanto o saldo natural apenas é de 9%.

Continuamos a ser um país de imigração, uma vez que é esta que constitui a grande componente do crescimento populacional observado.

De salientar o fato dos questionários terem sido disponibilizados com a tradução para 4 línguas estrangeiras (russo, chinês, romeno e inglês); esta tradução, que apenas podia ser utilizada como instrução auxiliar para fazer o preenchimento dos questionários em português, pode ter ajudado muitas pessoas estrangeiras a perceber

Figura 5

### Variação da população residente, por NUTS III, 1991-2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

melhor o conteúdo dos questionários e a fazer o respetivo preenchimento. Também deve ser tido em conta que o conceito de residência sofreu uma alteração importante: enquanto nos recenseamentos anteriores a população estrangeira que se encontrava no país há menos de um ano não podia ser considerada residente, em 2011 este conceito foi alterado pelas recomendações internacionais para, nas pessoas entradas há menos de um ano, fazer prevalecer a intenção de permanecer no país por um período igual ou superior a um ano; assim, qualquer pessoa estrangeira recém-chegada, com a intenção de permanecer um ano pelo menos, era considerada residente em Portugal.

Quando analisamos a evolução da população residente para os dois últimos períodos censitários a nível de NUTS III, a realidade torna-se mais evidente quanto à evolução da população. Tem estado subjacente a ideia que as perdas de população tenderiam a ficar pelo interior, mas já não é esta a realidade, como pode ser verificado nos cartogramas da figura 5.

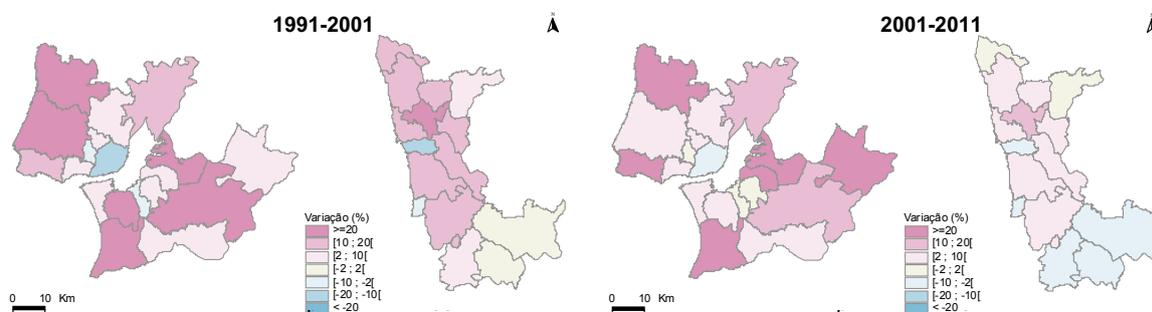
Entre 2001 e 2011 há um reforço da litoralização, mas concentrado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve, bem como na R.A. Madeira, porque, na maioria das restantes regiões litorais, o efeito da litoralização ou se atenua (Pinhal Litoral, Baixo Vouga, Cávado), ou se inverte (Alentejo Litoral, Baixo Mondego e Minho-Lima).

Assim, a par da perda acrescida de população na faixa interior e central do Continente, também são cada vez mais evidentes as perdas de população que atingem o litoral, sobretudo no Alentejo, no Centro e no extremo norte do Norte.

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (AML e AMP) são hoje polos cada vez mais importantes de concentração da população em Portugal. Mas o “comportamento” dos municípios que as constituem não segue o mesmo padrão das áreas enquanto um todo. Há tendências que se acentuam e divergências que aparecem mais salientes, como se pode verificar na figura 6.

Figura 6

### Varição da população residente, na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

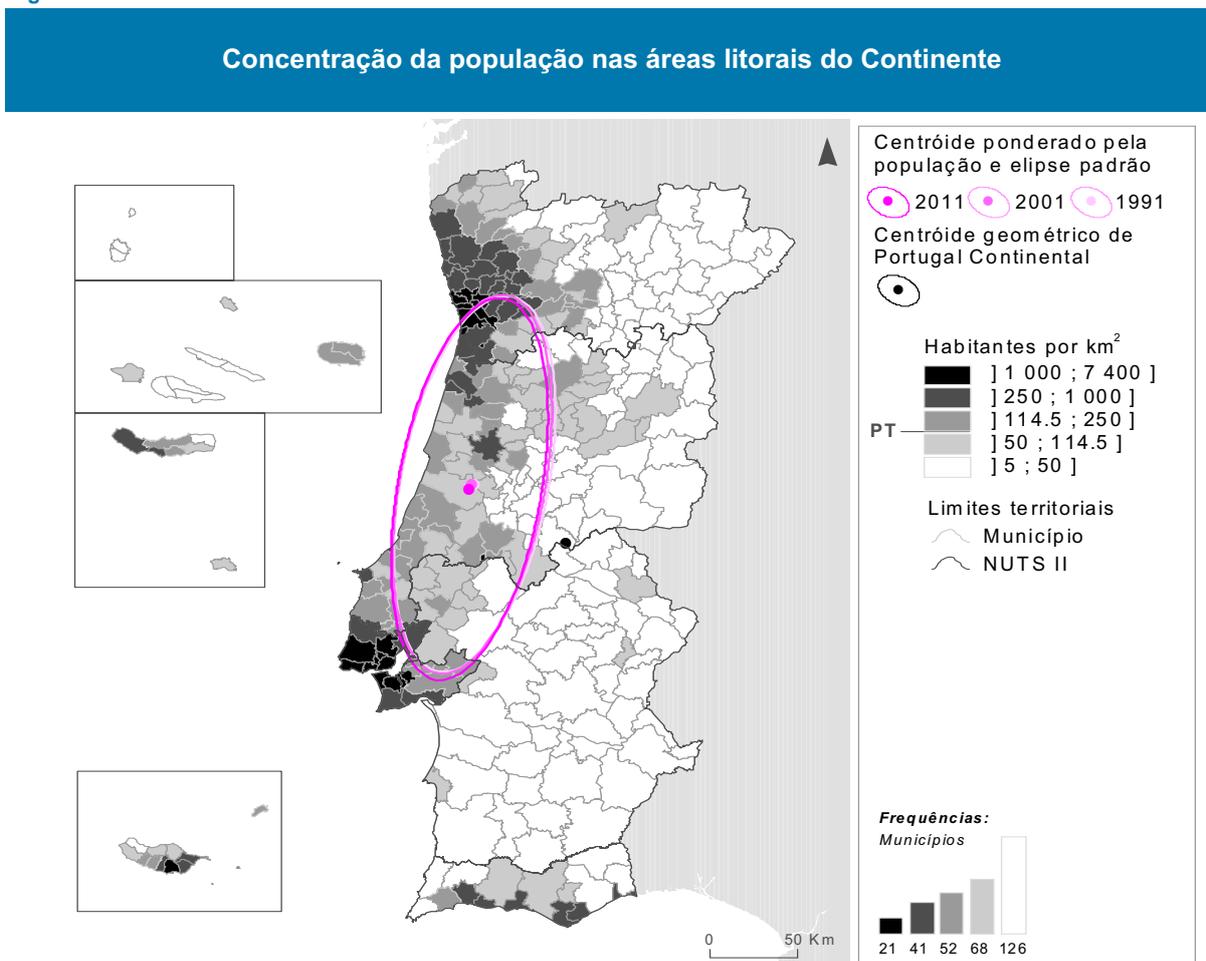
Quando comparamos a evolução entre 1991 e 2001 verifica-se que as perdas de população estão a atenuar-se como é o caso das “capitais” (Lisboa e Porto) e dos municípios envolventes destas que já tinham iniciado o processo de estabilização ou ligeiras quebras da população como é o caso da Amadora, Barreiro e Moita na AML. Na AML também se salienta o facto de 5 municípios concentrarem crescimentos acima de 20% em 2011 (Mafra, Cascais, Sesimbra, Alcochete e Montijo) sendo que 4 destes (Mafra, Sesimbra, Alcochete e Montijo) também já tinham crescido acima de 20% em 2001.

A dinâmica de crescimento populacional nos municípios da AMP foi bastante diferente da ocorrida na AML. O Município do Porto é o que perde mais população (-9,7%), mas também se registam perdas superiores a 2% em Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale Cambra e Arouca, estes três últimos incluídos mais recentemente na AMP. O município que mais cresceu foi Maia, com 12,4%, pelo que nenhum município da AMP teve crescimentos acima de 20%.

A concentração da população nas áreas litorais do Continente tem um efeito continuado sobre a ocupação populacional do território e pode ser medido através do cálculo do respetivo centróide. Esta medida mostra como

a deslocalização da população influencia de forma continuada a deslocação do centróide, como poderemos verificar na figura 7.

Figura 7



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

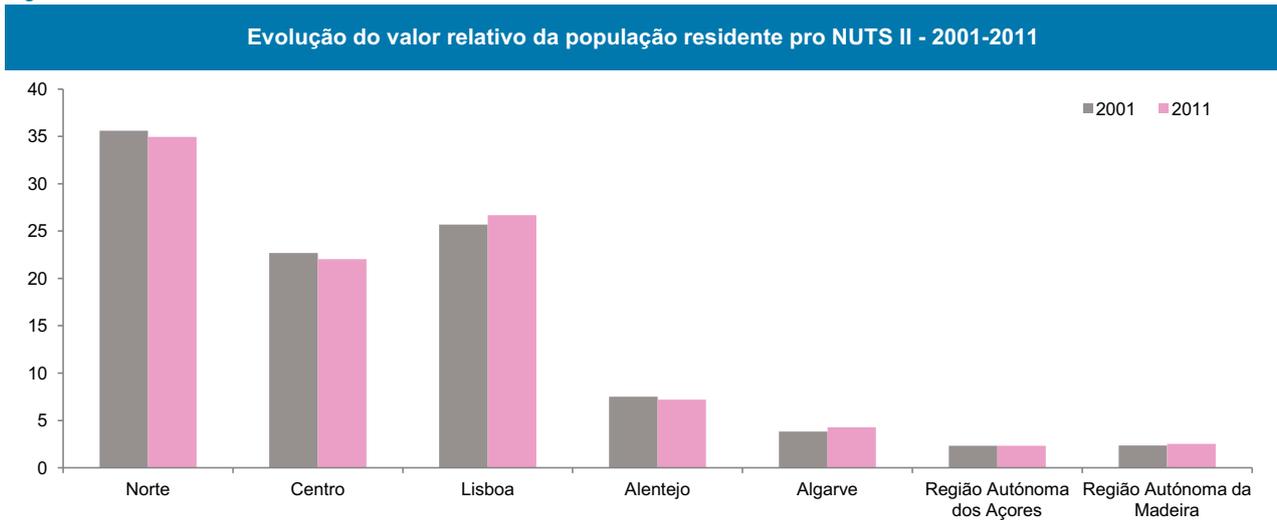
Se a população estivesse distribuída de forma equilibrada por todo o território, o centróide da distribuição da população deveria assumir a posição marcada pelo ponto negro localizado no centro do Continente na confluência das regiões Centro e Alentejo. Contudo a localização do centróide da elipse padrão assinalada a rosa mostra claramente uma deslocação continuada ao longo das últimas décadas.

Entre 1991 e 2011 observa-se uma deslocação do centróide ponderado pela população residente em Portugal Continental no sentido SW, resultante, em grande medida, do aumento populacional que se observou nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e nos municípios do Algarve.

Enquanto entre 1991 e 2001 a deslocação do centróide se faz, sobretudo, no sentido E-W, a deslocação entre 2001 e 2011 revela, de forma mais saliente, uma oposição entre a dinâmica populacional verificada a Norte e a Sul do território continental, sobretudo pelo fato de ter havido um crescimento populacional significativo da região de Lisboa e Algarve contra a estabilização do Norte e decréscimo populacional da região Centro.

Apesar da evolução continuada da população quanto à sua deslocalização, a importância relativa da população por regiões NUTS II ainda se mantém relativamente estável em relação a 2001, ou seja, tanto os crescimentos como os decréscimos, apesar de significativos nalgumas regiões como o Algarve e a R.A. Madeira.

Figura 8



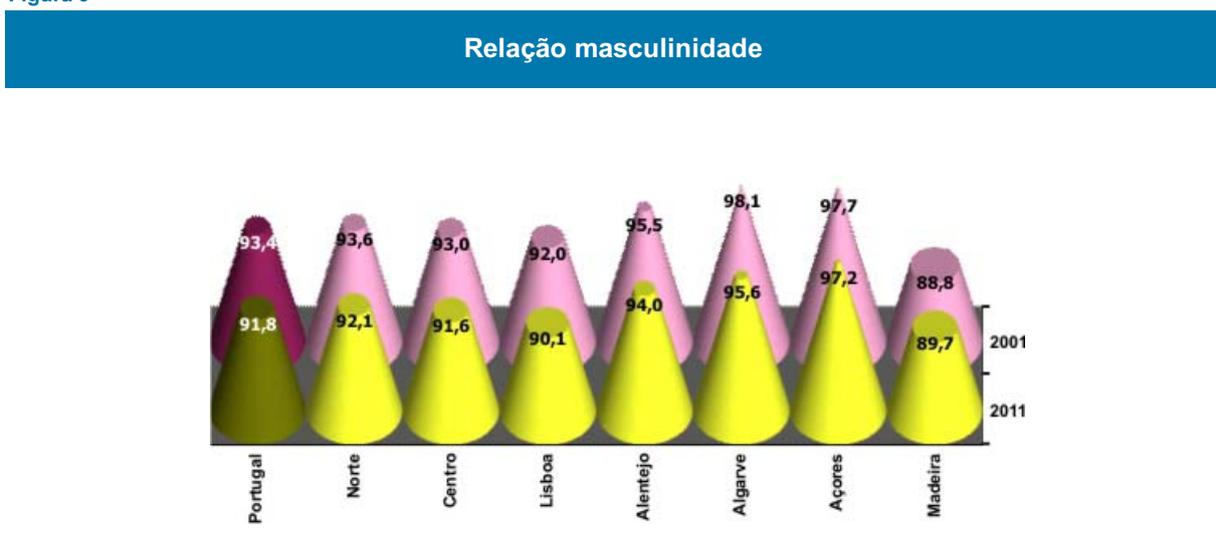
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

De acordo com a Figura 8, a importância da população residente em cada região NUTS II mantém-se relativamente estável, pois embora tenha havido variações importantes nalgumas regiões o valor da respetiva população tem uma dimensão que não é significativamente afetada no seu peso a nível nacional. Assim, há acréscimos ligeiros em Lisboa (+0,97 pontos percentuais-pp), Algarve (+0,45pp) e R.A. Madeira (+0,17pp) e decréscimos também ligeiros em 3 das restantes regiões: Norte (-0,65pp), Centro (-0,63pp), Alentejo (-0,31pp). A R. A. Açores mantém o mesmo valor.

A relação de masculinidade é uma medida demográfica que avalia o número de homens por cada 100 mulheres e é utilizada para avaliar o equilíbrio de uma determinada população em função do género.

A relação de masculinidade tem vindo a decrescer sucessivamente ao longo das últimas décadas devido sobretudo à menor esperança de vida da população masculina e aos movimentos migratórios que têm sido mais intensos nos homens do que nas mulheres. Assim, na última década a evolução nacional deste indicador mantém a tendência de descida do passado, passando de 93 homens por cada 100 mulheres em 2001, para 92 em 2011.

Figura 9



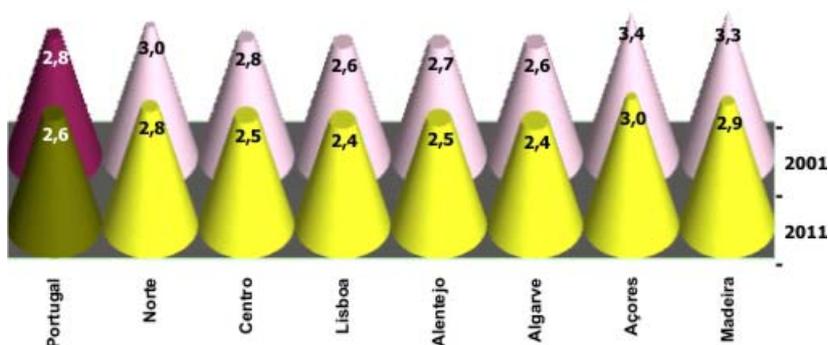
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

A maioria das regiões NUTS II segue a tendência nacional de descida da relação de masculinidade entre um e dois pontos; a R.A. Madeira tem uma evolução ao contrário da nacional e das restantes regiões, pelo fato da relação de masculinidade aumentar um ponto em relação a 2001.

A dimensão média familiar também segue também a tendência das últimas décadas, no sentido de que as famílias são cada vez mais pequenas. Assim, a dimensão média familiar entre 2001 e 2011 passou de 2,8 pessoas por família para 2,6, conforme se pode verificar no Figura 10.

Figura 10

### N.º Médio de pessoas por família



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

A menor dimensão média familiar encontra-se em Lisboa e no Algarve, com 2,4 pessoas em ambas, enquanto a maior dimensão é a da R.A. Açores com 3,0 pessoas.

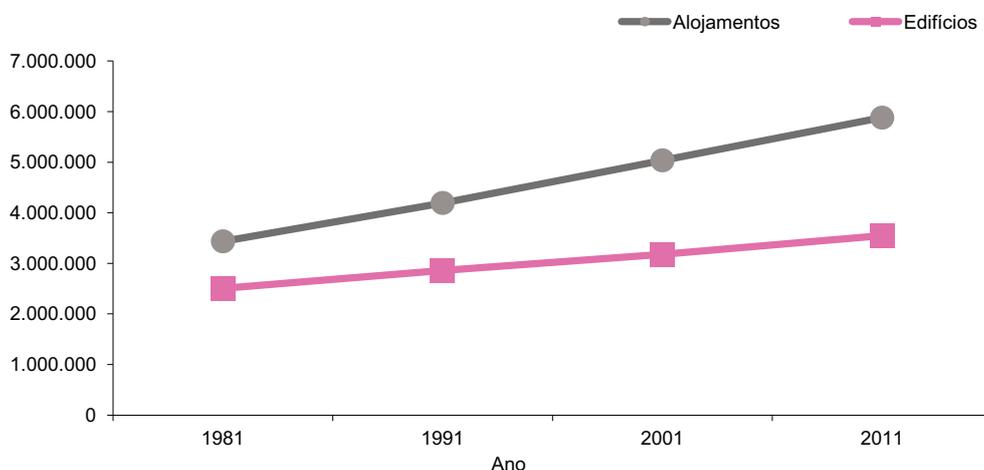
A evolução deste indicador a nível regional segue a mesma tendência nacional em todas as regiões, embora de forma mais acentuada numas do que noutras: as Regiões Autónomas são as que têm maior quebra na dimensão média familiar, com 4 décimas em cada uma.

### 3.2 A habitação e a sua relação com a população

A população e a habitação são duas componentes da atividade estatística que estão intimamente relacionadas, sobretudo pelo facto de que a habitação só tem razão de ser se houver população que a utilize. Daí que os desequilíbrios na relação, entre a população e a ocupação do parque habitacional disponível, tem sempre

Figura 11

### Evolução de Alojamentos e Edifícios, 1981-2011



Fonte: INE, I.P., Censos 1981, 1991 e 2001, Resultados Preliminares dos Censos 2011

consequências que se repercutem na vivência quotidiana, em termos de conforto das famílias, racionalidade na oferta e procura de habitação, deslocações pendulares, etc.

A habitação tem vindo a crescer muito acima do crescimento da população nos últimos 30 anos. Os alojamentos passaram de cerca de 3,44 milhões em 1981 para cerca de 5,88 milhões em 2011, enquanto a população passou de 9,83 milhões para 10,56 milhões no mesmo período.

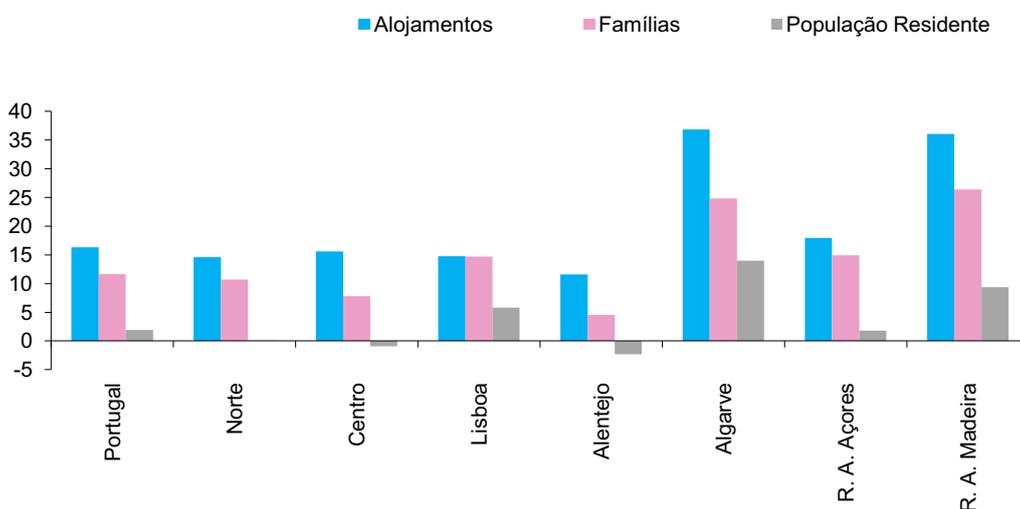
Os alojamentos e os edifícios constituem pois os maiores crescimentos protagonizados nestas décadas, como pode ser observado no Figura 11.

O crescimento dos edifícios é inferior ao dos alojamentos porque a dimensão média dos edifícios, em número de alojamentos, tem vindo a aumentar constantemente, passando de 1,37 em 1981 para 1,66 em 2011.

Contudo, se verificarmos a variação de alojamentos, famílias e população residente na última década (Figura 12), facilmente se percebe que estes crescimentos de alojamentos acontecem em todas as regiões, até com variações negativas na população.

Figura 12

### Variação dos alojamentos, famílias e população residente entre 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

O número de alojamentos cresce em todas as regiões, correspondendo a mais 824.923 alojamentos do que em 2001.

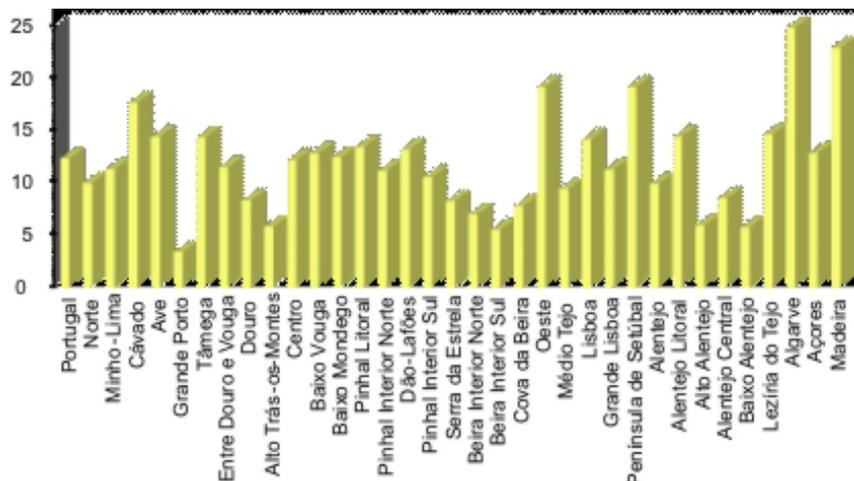
A par dos crescimentos dos alojamentos, superiores a 36% verificados no Algarve e na R.A. Madeira, temos também crescimentos de cerca de 15% no Norte e no Centro, onde a população praticamente estabilizou e até decresceu ligeiramente, nas respetivas regiões.

De notar também que o crescimento dos alojamentos é superior ao das famílias em todas as regiões, exceto a de Lisboa na qual é rigorosamente igual. Assim, a nível nacional prevalece um crescimento dos alojamentos de 16,3% contra um crescimento das famílias de 11,3%, o que faz crescer inevitavelmente o parque habitacional de utilização sazonal ou vago.

Os edifícios cresceram 12,4% na última década. Contudo, se observarmos com um pouco mais de pormenor (Figura 13) a ocupação do território que o crescimento dos edifícios permite a nível de NUTS III, então constata-se que todas estas sub-regiões apresentam crescimentos dos edifícios.

Figura 13

### Varição de Edifícios por NUTS III, 2001-2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

Claro que se salientam os picos do Algarve e da R.A. Madeira, mas percebe-se como todas as NUTS III contribuíram para uma ocupação mais intensa do território. O Grande Porto é a sub-região que menos contribuiu para esta ocupação crescente do território pelo parque habitacional, embora também aqui este crescimento tenha sido de 3,4%